

**GUARDA DE MENOR**

## SEPARAÇÃO CONSENSUAL

Tribunal

TJSP

Relator

Alves Braga

**AÇÃO COM PEDIDO DE NOMEAÇÃO DE TUTOR DE MENORES IMPÚBERES****EMENTA**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DO FORO REGIONAL DO ..... NA COMARCA DA CAPITAL DO ESTADO DE ....., brasileiro (a), (estado civil), profissional da área de ....., portador (a) do CIRG n.º ..... e do CPF n.º ....., residente e domiciliado (a) na Rua ....., n.º ....., Bairro ....., Cidade ....., Estado ....., por intermédio de seu (sua) advogado(a) e bastante procurador(a) (procuração em anexo - doc. 01), com escritório profissional sito à Rua ....., n.º ....., Bairro ....., Cidade ....., Estado ....., onde recebe notificações e intimações, vem mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência propor **AÇÃO DE NOEMAÇÃO DE TUTOR** dos menores impúberes ..... e ....., residentes e domiciliados na Rua ....., n.º ....., Bairro ....., Cidade ....., Estado ....., pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos. **DOS FATOS** Os tutelandos são filhos legítimos de ....., viúvo, falecido nesta Capital do Estado de ....., no dia ..... de ..... de ....., conforme assento de óbito lavrado sob o n.º ....., à folha n.º ..... do livro ..... do Registro Civil das Pessoas Naturais - .....º Subdistrito - ..... - ..... (doc. 2); A Requerente, por sua vez, é filha legítima de ....., falecido nesta Capital do Estado de ....., no dia ..... de ..... de ....., conforme certidão de óbito lavrada sob o n.º ....., folha ..... do livro ..... do Cartório de Registro Civil do ..... Subdistrito - ..... (doc. 3); A Requerente, assim como os menores impúberes, são filhos legítimos de ..... (docs. 4 e 5), falecida nesta Capital do Estado de ....., no dia ..... de ..... de ....., conforme certidão de óbito lavrada no livro ....., às fls. ....., sob o n.º ..... do Registro Civil das Pessoas Naturais - .....º Subdistrito - ..... - ..... (doc. 6); Os tutelandos tem, como irmãos bilaterais, e pela ordem do mais velho ao mais novo: ....., brasileira, solteira, portadora da cédula de identidade RG n.º ....., residente e domiciliada na rua ....., n.º ....., apto. n.º ....., CEP ....., nesta Capital do Estado de ..... (doc. 7); ....., brasileira, solteira, menor relativamente incapaz, portadora da cédula de identidade RG n.º ..... (doc. 8) e ....., brasileira, solteira, menor relativamente incapaz, portadora da cédula de identidade RG n.º ..... (doc. 9), ambas residentes e domiciliadas na rua ....., n.º ....., apto. n.º ....., CEP ....., nesta Capital do Estado de .....; Como unilaterais são irmãos dos tutelandos, pela ordem do mais velho ao mais novo, a própria Requerente, ..... (doc. 10); ....., brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade RG n.º ....., inscrito no CPF/MF sob o n.º ..... (doc. 00); ....., brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade RG n.º ..... (doc.12), os dois últimos residentes e domiciliados na rua ....., n.º ....., CEP ....., nesta Capital do Estado de .....; Por ocasião do falecimento de sua genitora, os menores impúberes, ora tutelandos, passaram a viver com a Requerente ....., irmã unilateral mais velha, quem já lhes prestava assistência material, moral e educacional e continua a prestar; A convivência supra referida é de conhecimento dos demais irmãos bilaterais como unilaterais, tanto dos maiores como dos relativamente incapazes, e que, em momento algum, fizeram qualquer tipo de oposição ao fato (doc. 13); **DO DIREITO** Dessa maneira, diante da inexistência do pátrio poder, o que implica, necessariamente, na determinação daquele que se obrigará a prestar assistência material, moral e educacional aos menores impúberes, e com o sustentáculo legal nos artigos 1728 e seguintes do Novo Código Civil, artig o 36 da lei 8.069/90 e nos artigos 1.187 e seguintes do Código de Processo Civil, deseja-se a nomeação de ..... como tutora dos menores impúberes, administrando-lhes os bens, representando-os e assistindo-os na vida civil, independentemente da ordem estipulada no ordenamento civil pátrio, posto ser a situação fática e interessar,

diretamente, aos menores tutelados, conforme decisum já manifestado pelo Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo em análise ao código civil de 1916, cuja ementa transcrevemos, in verbis : MENOR - TUTELA - Nomeação judicial. Obediênc

**NOTA DA REDAÇÃO**

RT